



CONAQ repudia e cobra explicações sobre suspensão de curso de Medicina destinado a quilombolas e povos da reforma agrária

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) manifesta profunda preocupação e repúdio diante da decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5) desta quarta-feira, 11 de março que determinou a suspensão da turma do curso de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no campus de Caruaru, destinada a estudantes quilombolas e beneficiários da reforma agrária por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea).

A iniciativa representa um importante avanço nas políticas públicas de inclusão e democratização do ensino superior, ao possibilitar que jovens oriundos de quilombos, assentamentos da reforma agrária e territórios rurais tenham acesso a um dos cursos mais elitizados do país. A formação desses estudantes também é estratégica para enfrentar a histórica ausência de profissionais de saúde em territórios do campo e em comunidades tradicionais.

Diante da gravidade da situação, cobramos explicações públicas e urgentes dos órgãos responsáveis pela implementação e acompanhamento da política, entre eles o Ministério da Educação (MEC), a Universidade Federal de Pernambuco, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), responsável pela execução do Pronea, além das demais instituições envolvidas na criação e condução do curso.

É fundamental que a sociedade seja informada de forma transparente sobre os fundamentos da decisão e sobre quais medidas estão sendo adotadas para garantir que os estudantes já matriculados não sejam prejudicados. A suspensão do curso levanta preocupações sobre a continuidade de uma política pública construída ao longo de anos de luta dos movimentos sociais do campo e das comunidades tradicionais.

Qualquer retrocesso em iniciativas que ampliam o acesso de quilombolas e povos do campo à universidade representa um grave ataque ao direito à educação e à promoção da igualdade de oportunidades. A organização também destaca que ações afirmativas e programas específicos são instrumentos legítimos de justiça social e de enfrentamento das desigualdades históricas que marcam o acesso ao ensino superior no Brasil.



Manifestamos solidariedade aos estudantes quilombolas e demais jovens afetados pela decisão e reafirma seu compromisso em acompanhar o caso, exigindo que os órgãos competentes adotem todas as medidas necessárias para garantir a continuidade da formação desses estudantes e a preservação de seus direitos.

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ e Coordenação das Comunidades Quilombolas de Pernambuco - CONAQ/PE

Brasília 11 de março de 2026